



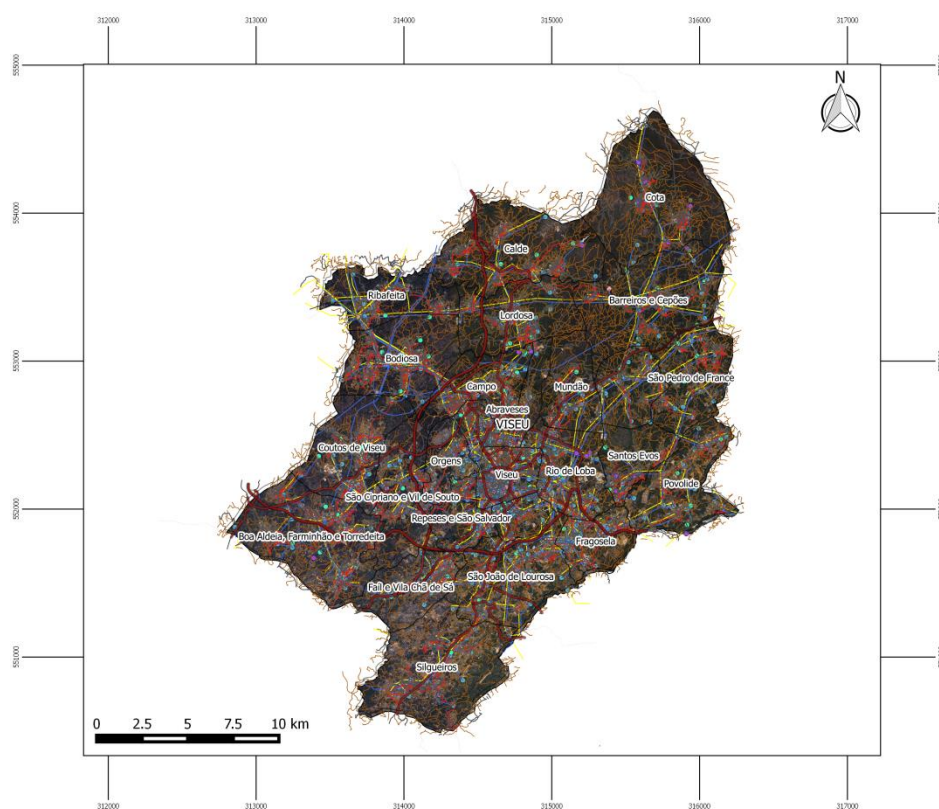
MUNICÍPIO DE
UISEU



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

MUNICÍPIO DE VISEU

PARTE I - Enquadramento



MUNICÍPIO DE
UISEU

VERSÃO_CONSULTA_PÚBLICA_01_2016



Índice

PARTE I – ENQUADRAMENTO	2
1. INTRODUÇÃO	2
2. FINALIDADE E OBJETIVOS	3
3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS	5
4. CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO DO PMEPCV	6
4.1. Competências Para Ativação do Plano.....	6
4.2. Critérios Para Ativação do Plano	9

Índice de Tabelas

Tabela i – Riscos Considerados no Município de Viseu.....	5
Tabela iii - Comunicação de Ativação do PMEPCV.....	8
Tabela iv – Matriz de Ativação do PMEPCV	11

Índice de Mapas

Mapa i - Enquadramento Administrativo.....	3
--------------------------------------------	---

Índice de Ilustrações

Ilustração i - Processo de ativação/desativação do PMEPCV	7
-----------------------------------------------------------------	---



PARTE I – ENQUADRAMENTO

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, doravante designado por PMEPCV, é um plano de emergência de caráter geral e um instrumento que o Serviço Municipal de Proteção Civil de Viseu (SMPC), em sintonia com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) dispõe para o desencadeamento de operações de Proteção Civil.

Este documento será então uma mais-valia e um instrumento importante com vista a possibilitar uma uniformização de procedimentos, para a coordenação de ações a desenvolver na gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe a fim de prevenir, planear e coordenar ações de socorro, avaliar perdas de vidas e bens, contabilizar prejuízos e restabelecer a normalidade. Com este instrumento pretende-se também que cada interveniente tenha presente as funções que lhe são competidas, a finalidade da sua intervenção, bem como as expectativas de atuação dos restantes intervenientes aquando do acionamento do PMEPCV.

O diretor do PMEPCV é o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, ou o seu legítimo substituto, o Vereador com o pelouro da Proteção Civil.

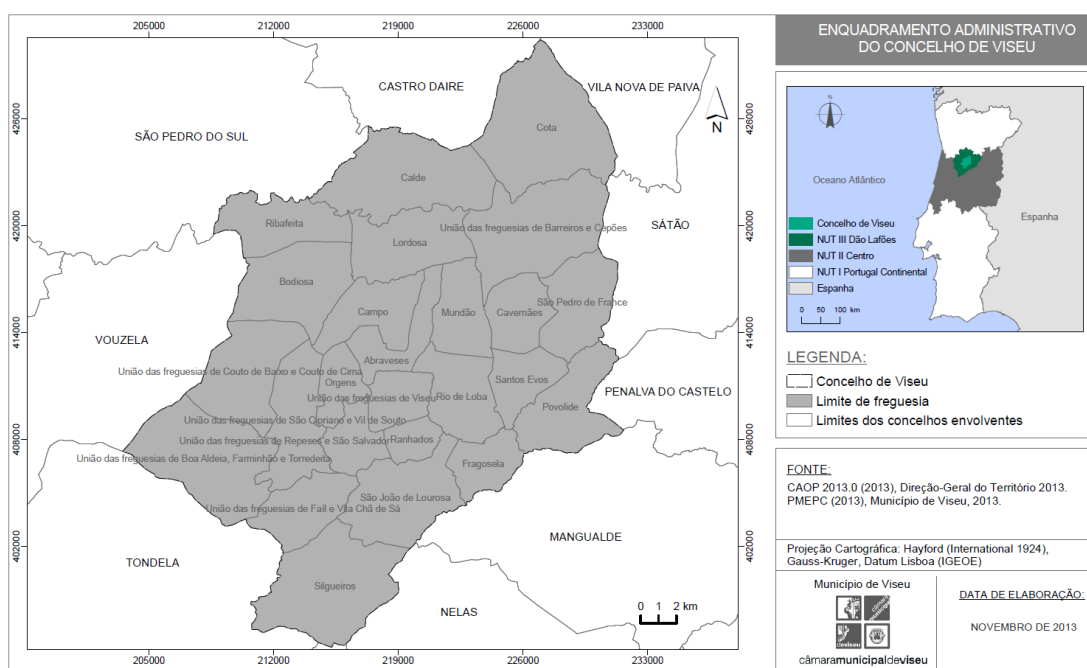
A elaboração deste documento resulta das *guidelines* constantes da publicação da Diretiva da Comissão Nacional de Proteção Civil relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil (Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio de 2015), assim como pelas diretrizes emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil na sua publicação “*Cadernos Técnicos Prociv-3 Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil*”.

2. FINALIDADE E OBJETIVOS

O PMEPCV tem como âmbito territorial de aplicação a área total do Município de Viseu que atinge os 507,40 Km², abrangendo as vinte e cinco freguesias: Abraveses, Bodiosa, Calde, Campo, Cavernães, Côta, Coutos de Viseu, Fragosela, Lordosa, Mundão, Orgens, Povolide, Ranhados, Ribafeita, Rio de Loba, Santos Êvos, S. João de Lourosa, S. Pedro de France, Silgueiros, União de Freguesias de Barreiros e Cepões, União de Freguesias de Boaldeia, Farminhão e Torredeita, União de Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá, União de Freguesias de Repeses e S. Salvador, União de Freguesias de S. Cipriano e Vil de Souto e Freguesia de Viseu.

O concelho de Viseu localiza-se na NUT II – Região Centro, NUT III – Dão Lafões e integra administrativamente o distrito de Viseu, conforme é evidenciado no **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** Este concelho encontra-se limitado a norte pelos concelhos de São Pedro do Sul, Castro Daire e Vila Nova de Paiva, a este pelos concelhos de Sátão, Penalva do Castelo e Mangualde, a sul pelos municípios de Nelas e Tondela e a oeste pelo de Vouzela.

Pretende-se com o presente PMEPCV, identificar e mitigar os riscos a que o Município está vulnerável, bem como clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de Proteção Civil.



Mapa i - Enquadramento Administrativo



2.1. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

O PMEPCV tem como principais objetivos:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar meios e recursos disponíveis na ocorrência de um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar perdas humanas, animais e bens, atenuando ou limitando os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessárias à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação e suscitar uma cultura de autoproteção, promovendo a estrutura de resposta à emergência.

A materialização e concretização destes objetivos irá implicar que todos os intervenientes neste plano se articulem, cooperem, enquadrem e se inteirem devidamente de cada uma das suas funções.

3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS

Sendo o PMEPCV um plano de índole geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência admissíveis ao nível Municipal, este teve por base o *Estudo de Identificação e Caracterização de Riscos para o Município de Viseu*. Considerando o grau de gravidade, probabilidade de ocorrência e grau de risco para todos os riscos identificados no concelho de Viseu foi possível a elaboração de uma matriz hierarquizada para as ocorrências com maior expressividade no território municipal.

Riscos Considerados no Município de Viseu	
Tipologia	Riscos
Naturais	<ul style="list-style-type: none">• Ondas de Calor;• Secas;• Cheias e Inundações;• Sismos;• Movimentos de Massa;• Radioatividade Natural;• Nevões;• Vagas de Frio.
Mistos	<ul style="list-style-type: none">• Incêndios Florestais;• Degradação e Contaminação dos Solos.
Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none">• Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas;• Acidentes industriais graves;• Incêndios urbanos;• Acidentes rodoviários;• Acidentes no transporte de substâncias perigosas;• Acidentes aéreos;• Cheias e inundações por rotura de barragens.

Tabela i – Riscos Considerados no Município de Viseu



4. CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO DO PMEPCV

A ativação do PMEPCV visa assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantido a mobilização rápida de meios e recursos afetos ao plano e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos. Esta ativação é aplicável a casos de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, que pela sua dimensão e gravidade não seja possível a sua resolução pelos meios considerados normais na atividade de Proteção Civil.

4.1. Competências Para Ativação do Plano

O Presidente da Câmara Municipal de Viseu, com a faculdade de delegação no Vereador por si designado é a Autoridade Municipal de Proteção Civil¹ e dirige a atividade de Proteção Civil no seu município, competindo-lhe entre outras, as funções de desencadear com o apoio do SMPC, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe as ações de Proteção Civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso e determinar o acionamento do PMEPCV uma vez deliberado na CMPC.

A competência efetiva para a ativação do PMEPCV cabe à Comissão Municipal de Proteção Civil², presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu, e que pelas suas competências assumirá a coordenação institucional das operações de Proteção Civil com caráter mais urgente, cabendo ao Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal (CPCM/COM) a coordenação operacional destas ações.

Por razões de celeridade do processo e na impossibilidade de reunir todos os membros atempadamente a CMPC poderá, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe o justificar, reunir em composição reduzida dos seus elementos representados. Esta composição reduzida contempla nomeadamente: Presidente da Câmara Municipal de Viseu ou Vereador com as competências delegadas em matéria de Proteção Civil, Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal, um elemento das Forças de Segurança e a Autoridade de Saúde do Município. Esta ativação do PMEPCV em composição reduzida da CMPC carece de sancionamento *à posteriori* pelo plenário da CMPC. O processo de desativação do PMEPCV será conduzido pela CMPC, quando as condições de reposição da normalidade da vida das populações e áreas afetadas sejam garantidas. A CMPC deverá garantir também que as entidades constantes no PMEPCV e que estejam envolvidas nas operações de reposição da normalidade também desativem os seus meios em consonância com a progressiva reposição da normalidade.

¹ Nos termos da Lei nº 27/2006, de 3 de julho e da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro

² Nos termos do estatuído no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n. 27/2006, de 3 de julho, conjugado com a alínea c) do n.º2 do artigo 38.º do mesmo diploma e tal como disposto no n.º 3 da Lei 65/2007, de 12 de novembro

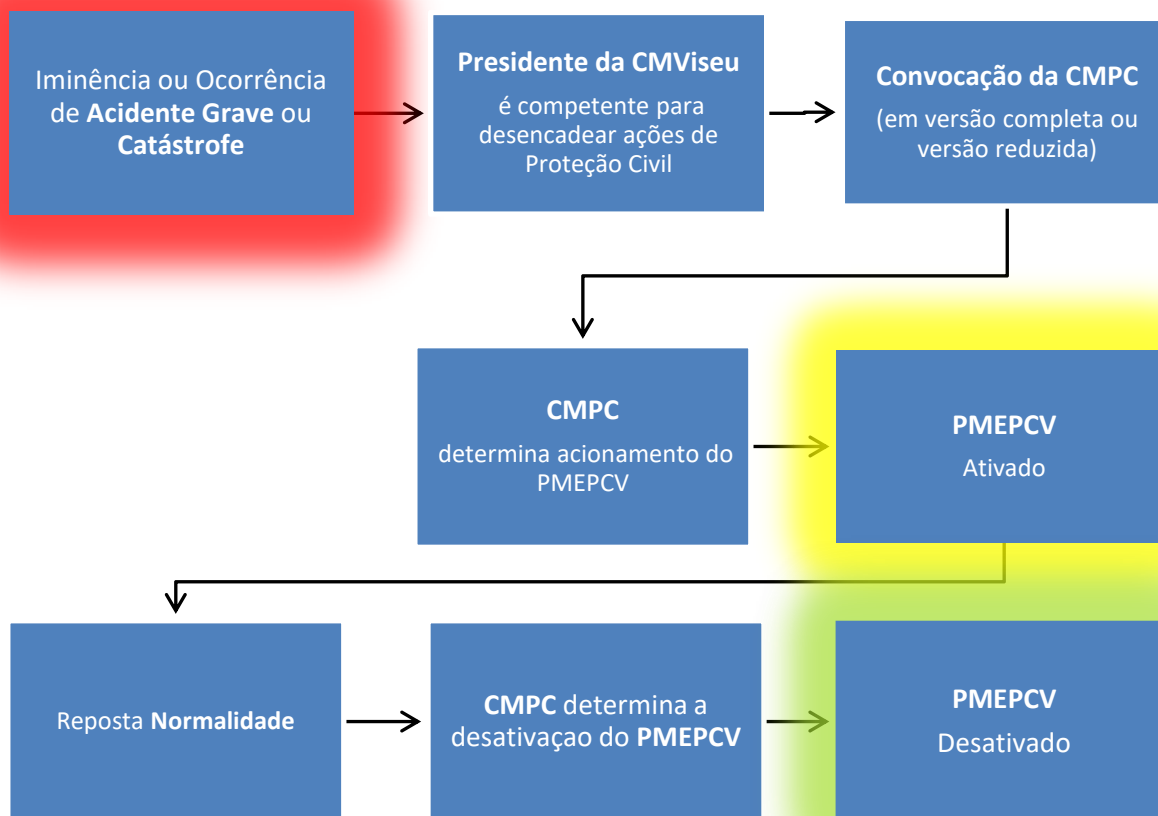


Ilustração i - Processo de ativação/desativação do PMEPCV

Aquando da ativação do PMEPCV este deverá ser efetuado, através de comunicado escrito, especificando as razões pelas quais se ativou o PMEPCV e as medidas especiais a adotar pela população para fazer face à situação de exceção, sendo que a desativação do PMEPCV também terá que ser veiculada pelos seguintes canais:

Comunicação de Ativação do PMEPCV	
Divulgação Imediata	Divulgação Posterior
<ul style="list-style-type: none">• Sítio da Internet da Câmara Municipal de Viseu;• Página do Facebook do Município de Viseu;• Rádios Locais:<ul style="list-style-type: none">○ Estação Diária○ NoAr○ CidadeFM Viseu○ RCI○ RCP○ Tondela○ Voz das Beiras• Rádios Nacionais:<ul style="list-style-type: none">○ RDP Viseu○ TSF○ RRenascença• Imprensa Televisiva:<ul style="list-style-type: none">○ RTP (através da delegação de Viseu)○ Canais generalistas de sinal aberto de âmbito nacional	<ul style="list-style-type: none">• Imprensa Escrita<ul style="list-style-type: none">○ Jornal do Centro○ Diário de Viseu○ Notícias de Viseu○ Via Rápida○ As Beiras○ Correio da Manhã○ Jornal de Notícias• Agências Noticiosas<ul style="list-style-type: none">○ Agência Lusa○ Diário de Viseu

Tabela ii - Comunicação de Ativação do PMEPCV



4.2. Critérios Para Ativação do Plano

É critério para a ativação do PMEPCV, sempre que no município se verifique a iminência ou ocorrência de situações de Acidente Grave ou Catástrofe definidos de acordo com o art.º3 da Lei n.º27/2006 de 3 de julho. Esta ativação terá que ser justificada quando na ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, seja necessário adotar medidas que não sejam passíveis de executar na quotidiana atividade de Proteção Civil para fazer face a situações que se prevejam ser causadoras de danos elevados para as populações, bens e ambiente.

Os critérios para ativação de um plano, muitas das vezes não podem ser estabelecidos em *strictu sensu* previamente, mas sim decorrer de um suporte de apoio à decisão por parte do SMPC e restantes Agentes de Proteção Civil do Município à Comissão Municipal de Proteção Civil ou à Autoridade Municipal de Proteção Civil. Segundo o Manual de Apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil da autoria da Autoridade Nacional de Proteção Civil, os exemplos de critérios que podem ser usados para justificar **genericamente** o acionamento do presente plano são:

- Percentagem da área territorial do Município coberta pelo PMEPCV afetada por acidente grave ou catástrofe;
- Efeitos na população (número de mortos, feridos, desalojados, desaparecidos ou isolados);
- Danos nos bens e património (número de habitações danificadas, edifícios estratégicos às ações de Proteção Civil afetados, afetação de monumentos de interesse nacional);
- Danos nos serviços e infraestruturas (suspensão do fornecimento de água, energias ou telecomunicações durante um período de tempo significativo, etc.);
- Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, destruição de zonas florestais, libertação de matérias perigosas para a atmosfera, etc.);
- Características das ocorrências (caudais registados, magnitude ou intensidade sísmica, quantidade de substância libertada, etc.).

Indo ao encontro da Diretiva Operacional Nacional n.º 1 (DON1) – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS), é desejável a ativação do PMEPCV sempre que a duração de resolução, ou previsão de duração de resolução de uma ocorrência seja superior a 24 horas ou que pelo número e complexidade de ocorrências no Município assim aconselhar a ativação do plano.

No entanto, considera-se que de modo a operacionalizar e tornar este apoio à decisão por parte do SMPC à CMPC e ao seu Presidente, será num ponto de vista mais operacional e simplificado a criação de uma tabela generalista que considere dois pontos essenciais para o apoio à decisão de ativação ou não do presente PMEPCV: a avaliação do grau de probabilidade de ocorrência de determinados riscos no Município e a avaliação do seu grau potencial de gravidade para o Município. Não obstante, convém definir claramente estes dois conceitos:

- **Grau de probabilidade de ocorrência** é o potencial/frequência com consequências negativas para a população, ambiente e socio economia;
- **Grau potencial de gravidade** é definido como as consequências de um evento, expressas em termos de escala de intensidade das consequências negativas para a população, bens e ambiente.

Assim, e tendo em conta o ponto 3 da Diretiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007 – “Estado de alerta para as organizações integrantes do SIOPS”, foi criada uma matriz de ativação do PMEPCV, adaptando a matriz de risco para ativação do estado de alerta especial para o SIOPS, para uma matriz de risco de ativação do PMEPC e declaração da situação de emergência ao nível municipal.

O grau de probabilidade caberá ao SMPC de Viseu avaliar, com base nas informações recolhidas no terreno, apoiado pelos sistemas de monitorização em dados fornecidos pela ANPC (através do CDOS de Viseu), pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e pelos demais intervenientes responsáveis pela difusão de informações oficiais de interesse em matéria de previsão de riscos. O grau de gravidade caberá ao Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal avaliar em estreita articulação com os restantes Agentes de Proteção Civil do Município, sendo que o canal de comunicação entre o COM e o Presidente da CMPC deverá estar permanentemente aberto a reportes de ponto de situação. O Presidente da CMPC terá então ao seu dispor informação para servir de base ao apoio à sua decisão de ativar o PMEPCV.

Em suma, há que ter em conta que nem todas as situações podem ser previstas e de que os critérios para declaração da situação de alerta e ativação do PMEPCV constantes na tabela supra não são critérios fixos. Poderá haver a necessidade de se analisar situações pontuais onde seja pertinente proceder-se à ativação dos meios ao dispor da CMPC. No entanto, é sempre preferencial ativar o PMEPCV antecipadamente em consonância com o princípio da prevenção, assim como é desejável possuir meios em excesso e proceder-se à sua posterior desmobilização, do que mobilizar meios após ser verificada a sua necessidade em plena situação emergente.

Confirmada	Declaração da Situação de Alerta	Ativação do PMEPCV	Ativação do PMEPCV
-Ocorrência real verificada			
Elevada	Declaração da Situação de Alerta	Ativação do PMEPCV	Ativação do PMEPCV
-É expetável que ocorra em quase todas as circunstâncias; -E ou nível elevado de incidentes registados; -E ou fortes evidências; -E ou forte probabilidade de ocorrência do evento; -E ou fortes razões para ocorrer; -Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.			
Média-Alta	Declaração de Situação de Alerta	Ativação do PMEPCV	Ativação do PMEPCV
-Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; -E ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; -Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.			
	Moderada	Acentuada (Acidente Grave)	Crítica (Catástrofe)
Probabilidade	-Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais; -Algumas hospitalizações; -Retirada de pessoas por um período de 24h; -Algum pessoal técnico necessário; -Alguma disrupção na comunidade (< 24h); -Pequeno impacte no ambiente sem efeitos duradouros; -Alguma perda financeira.	-Número elevado de feridos e de hospitalizações; -Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24h; -Vítimas mortais; -Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio; -Danos significativos que exigem recursos externos; -Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis; -Alguns impactes na comunidade com efeitos a longo prazo; -Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	-Situação crítica; -Grande número de feridos e de hospitalizações; -Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa; -Significativo número de vítimas mortais; -Pessoal de apoio e reforço necessário; -A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo; -Impacte ambiental significativo e ou danos permanentes.
Gravidade			

Tabela iii – Matriz de Ativação do PMEPCV

